

## Shale gas: o novo impulso para o gás natural

*O Choque Petrolífero de 2007/08 levou os preços do petróleo a atingirem valores elevados, criando oportunidade para as companhias independentes americanas, que há muito tempo se dedicavam ao gás xistoso. Os Estados Unidos da América experimentaram um crescimento acentuado da produção doméstica de gás, que aumentou 7.5% em 2008, tornando-se, em 2009, no primeiro produtor de gás no mundo, ultrapassando a Rússia.*

*O impacto geopolítico destas mudanças é enorme e o gás xistoso é um dos factores decisivos que pode formatar as mudanças em curso na matriz energética.*

**António Costa Silva**, Presidente da Comissão Executiva  
Partex Oil and Gas



Enquanto os países do Norte da Europa procuram prolongar o ciclo de vida dos seus campos de gás natural (GN), que se encontram em declínio, e outros países se empenham na prospecção e desenvolvimento de reservas para acompanharem o crescimento da procura, a inesperada disponibilidade de *shale gas* (gás dos xistos) em regiões importadoras de GN veio proporcionar novas opções de abastecimento.

Nos EUA, graças ao investimento efectuado em inovação tecnológica durante um período de preços de gás historicamente elevados, as reservas de *shale gas* economicamente recuperáveis conheceram, em apenas dois anos, um aumento estimado em 14 trilhões de metros cúbicos, sendo que algumas estimativas duplicam este valor.

Com o apoio do *know-how* das empresas norte americanas, a exploração de *shale gas* encontra-se também em desenvolvimento na Europa (especialmente na Alemanha, Hungria e Polónia), bem como na China.

Embora ainda subsista uma grande incerteza relativamente à extensão das reservas recuperáveis a nível mundial, o potencial que o *shale gas* apresenta para “alterar o jogo” no mercado da energia vem colocar algumas questões. Uma delas tem a ver com os custos do apoio às energias renováveis, que poderão tornar-se muito mais dispendiosas comparativamente à opção gás natural, nomeadamente para a produção de energia eléctrica, impondo-se então o gás como substituto preferencial do carvão em detrimento das fontes renováveis. Outra está relacionada com a dependência energética: a existência abundante de *shale gas* comercialmente viável na América do Norte, na Europa e na China, poderá fazer diminuir significativamente a necessidade de aprovisionamentos oriundos do Médio Oriente, da Rússia e de África, cenário que colocaria o Fórum dos Países Exportadores de Gás, promovido pela Rússia, Irão e Qatar, e que já envolve 11 países, num ambiente muito mais competitivo, com benefício para o mercado.

É inquestionável que os desenvolvimentos tecnológicos, em especial a nível das energias renováveis e do gás, irão alterar a composição do mix energético e o grau de dependência externa, embora o petróleo e o carvão continuem, nos próximos anos, a ser fontes energéticas relevantes (em especial se a tecnologia CCS se demonstrar comercialmente viável). Mas os problemas de escala, as necessidades de investimento nas redes e instalações, poderão ser obstáculo ao desenvolvimento das energias renováveis, abrindo espaço para uma maior penetração de gás, a baixo custo.

Políticas energético-ambientais de promoção das energias renováveis, tal como vêm sendo adoptadas pela UE e que Portugal vem implementado com o enquadramento da ENE 2020, são portanto necessárias e deverão ser seguidas pelos países que quiserem, de facto, que o mix energético tenha um predomínio de renováveis: como disse Pierre Gardonneix no recente Congresso Mundial da Energia, já citado na anterior Newsletter «...the market alone cannot solve our problems.[...]. Policies are needed.»

## Do Presidente da Direcção

O sector da energia atravessa um período de mudança sem precedentes, como resultado de uma alteração profunda do paradigma de energia abundante e barata que caracterizou o século XX.

Os dois factores essenciais que estão na base desta mudança são o crescimento dos consumos e o potencial impacto climático resultante das emissões de CO<sub>2</sub> associadas aos combustíveis fósseis.

O aumento dos consumos está ligado ao crescimento demográfico e, sobretudo, ao desenvolvimento económico. O consumo de energia mais do que duplicou ao longo dos últimos 40 anos, devido, principalmente, ao crescimento económico do mundo ocidental e espera-se que, em resultado da globalização, o elevado crescimento económico de novas regiões (e.g. China, Índia, Brasil) se venha a traduzir numa nova duplicação dos consumos nos próximos 40 anos.

Este ritmo de crescimento reflecte-se numa fortíssima pressão da procura, com impacto sobre as reservas e sobre os preços dos combustíveis fósseis.

As respostas passam pelo aumento da oferta de energia, nomeadamente através do aumento da sua produção a partir de fontes renováveis e, também, por um fortíssimo enfoque na eficiência energética, como forma de reduzir a pressão da procura.

É neste cenário que surge o aproveitamento efectivo do “gás de xisto” que, pela dimensão das reservas estimadas e pela dispersão geográfica, pode vir a alterar a dinâmica dos mercados de combustíveis fósseis, em particular do mercado de gás natural, e influenciar os raciocínios e previsões actuais.

A relevância que o “gás de xisto” pode vir a ter justifica, por isso, o destaque especial como tema principal deste número 1 da nossa Newsletter, que aliás será objecto do nosso primeiro “Debate de fim-de-tarde”, agendado para 11 de Abril, que terá como orador convidado o Sr. Prof. António Costa Silva.



## Transparência nos mercados da energia

A Comissão Europeia apresentou uma Proposta de Regulamento visando a integridade e transparência nos mercados da energia [COM(2010) 726 final, de 8 de Dezembro], tendo em conta que eventuais práticas comerciais desleais degradam a confiança do público, dissuadem o investimento e aumentam a volatilidade e o nível dos preços.

Tanto os cidadãos como as empresas necessitam de ter confiança na integridade dos mercados grossistas de energia, seja em bolsas organizadas, seja em transacções OTC. Esses mercados devem apresentar características de profundidade e liquidez que ofereçam aos empreendedores a confiança que lhes permita responder, com flexibilidade e em tempo útil, à evolução das condições da procura, nomeadamente através de investimento em unidades de produção e em novas infra-estruturas de transporte.

Para isso, é necessário dispor de um observatório dos mercados que funcione eficazmente, capaz de detectar eventuais abusos de informação privilegiada e manipulações de mercado. A Comissão Europeia considera que os poderes actuais dos órgãos de supervisão financeira e dos reguladores nacionais da energia necessitam de ser reforçados, para responder de forma eficaz a estas preocupações, prevendo também a atribuição de novas competências à Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER).

## Tarifa social de fornecimento de energia eléctrica

Na sequência da aprovação da Estratégia Nacional da Energia 2020, foi instituída, pelo Decreto-Lei nº 138-A/2010, a tarifa social de fornecimento de energia eléctrica, destinada a clientes finais que se encontrem em situação de carência sócio-económica.

Inserindo-se no quadro de medidas de protecção aos consumidores economicamente vulneráveis, esta medida visa garantir o acesso ao serviço essencial de fornecimento de energia eléctrica, assegurando preços compatíveis com a situação sócio-económica e permite limitar a variação da tarifa para os clientes finais que se encontrem por ela abrangidos. Adicionalmente, este Decreto-Lei estabelece que, em 2011, o aumento anual para os beneficiários da tarifa social não será superior a 1%, garantindo, assim, estabilidade de preços aos 670 mil agregados familiares abrangidos.

É critério de elegibilidade, para acesso a este regime, ser beneficiário de prestações atribuídas pelo sistema de segurança social, nomeadamente o complemento solidário para idosos, o rendimento social de inserção, o subsídio social de desemprego, o primeiro escalão do abono de família e a pensão social de invalidez.

Este instrumento enquadra-se nas directivas europeias do Mercado Interno de Energia, bem como nos objectivos das políticas energéticas propostas por diversas instituições, nomeadamente o World Energy Council, que considera a acessibilidade universal aos serviços energéticos uma prioridade a nível mundial.

### Debate ao Fim da Tarde.

Realiza-se, no dia 11 de Abril, pelas 18 horas, o primeiro “Debate ao Fim da Tarde”, subordinado ao tema “Gás e petróleo não convencionais: uma segunda vida para os combustíveis fósseis?”.

Tendo como orador convidado o Prof. António Costa Silva, a sessão pretende fomentar a troca de ideias sobre o impacto destas fontes de energia, a nível mundial, que se está a revelar mais significativo do que o inicialmente antecipado.

### WEC / EC Joint Seminar

O World Energy Council (WEC) e a Comissão Europeia realizaram, no dia 22 de Março, em Bruxelas, o habitual seminário anual conjunto, subordinado ao tema “Infra-estruturas europeias de energia: partilha de responsabilidades entre políticos e empresas”.

O seminário contou com a presença do Comissário Europeu para a Energia Günther Oettinger e do Vice-Presidente para Europa do WEC Johannes Teysen, abordando áreas actuais, como os desafios do desenvolvimento das infra-estruturas energéticas europeias e o papel das políticas e dos mercados na integração das energias renováveis.

### Novo membro na Direcção

Na sequência da cessação da condição de Associado Colectivo pela CP – Comboios de Portugal, que ocupava um cargo de vice-presidente da Direcção, coube aos restantes membros, nos termos da lei, cooptarem um novo elemento para integrar aquele órgão.

Mantendo a filosofia da lista apresentada à última Assembleia Geral Eleitoral, foi cooptado o Grupo Portucel Soporcel, através do seu representante Eng. José Ricardo Rodrigues, que já há muito vem dando o seu contributo à Associação.